

Em busca de um perfil dos beneficiários de subsídios agro-ambientais

Aida Valadas Lima¹; João Melo²

Ao longo da sua história, a PAC tem expressado um profundo desejo político de assegurar um clima de estabilidade e equilíbrio. Toda a lógica dos processos de decisão, apesar de algumas mudanças, tem sido regulada por relações políticas estáveis e mesmo previsíveis (Just, 1997). A estabilidade e previsibilidade da PAC reflecte os interesses e compromissos definidos pelo Estados fundadores da União, que procuram salvaguardar o peso económico e social dos seus sectores agrícolas segundo os tratados e acordos comunitários originais (Baltas, 1999). Existe mesmo uma tendência para conceder às organizações agrícolas dos Estados fundadores o monopólio da elaboração de propostas para o sector. Todavia, desde meados da década de 80, que a PAC tem atravessado um processo de transformações nos protocolos que definem as tomadas de decisão, tendo mesmo recebido influências de outras áreas, como o ambiente (Just, 1997).

Enquanto campo político aberto e não institucionalizado, o mercado único europeu tem possibilitado que alguns grupos externos às estruturas comunitárias exerçam pressões, ou adoptem um papel activo na definição da agenda comunitária agrícola e ambiental (Just, 1997). Ao mesmo tempo, os acordos que visam uma reforma da política comum têm sido utilizados pelos Estados-membros para satisfazer as pretensões dos sectores agrícolas nacionais, recorrendo ao palco comunitário para uma distribuição e resolução de conflitos domésticos. O próprio tecnicismo de uma grande parte das questões agrícolas reflecte o peso dos interesses políticos e económicos de cada Estado-membro (Just, 1997). A posição da COAM, por exemplo, resulta muitas vezes das acções dos ministros da agricultura, que procuram representar em Bruxelas as organizações agrícolas dos seus países, orientando qualquer intenção reformadora em função dos interesses específicos dos agricultores nacionais.

Tomando como referência a lista agricultores, ou entidades, contempladas com subsídios agro-ambientais entre 2005 e 2006, esta comunicação irá apresentar os primeiros dados de um estudo em curso que pretende elaborar uma tipologia de beneficiários. Ao mesmo tempo, serão também debatidas a implementação das medidas agro-ambientais em Portugal, bem como as opções das políticas agrícolas seguidas pelos governos portugueses ao longo dos últimos anos,

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

² Frequenter o Cultural History MA, Goldsmiths, University of London.

A agricultura no quadro da multifuncionalidade do rural: Novas perspectivas para o desenvolvimento rural sustentável?

Aida Valadas de Lima, ISCTE/ICS-UL

Sílvia Almeida, OBSERVA - ISCTE/ICS-UL

Teresa Rosado, OBSERVA – ISCTE/ICS-UL

A tardia adesão da agricultura portuguesa ao modelo da PAC contribuiu, entre outros factores, para a manutenção e importância relativa de práticas agrícolas tradicionais e extensivas. Estas práticas agrícolas e os sistemas sociais a elas subjacentes revestem-se hoje, no quadro das Reformas da PAC, de vantagens comparativas que importa potenciar. De facto, tais práticas podem, por um lado, contribuir para evitar que se operem rupturas nos equilíbrios ainda existentes entre actividade agrícola, ambiente e espaço rural, e, por outro, consubstanciar plataformas de exercício e expressão da multifuncionalidade do espaço rural, com o concurso da agricultura.

O nosso principal propósito é, então, o de discutir a possível articulação entre a prática de uma agricultura multifuncional e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e encetar uma primeira reflexão em torno do significado sociológico e da plasticidade do conceito de multifuncionalidade – um dos conceitos-chave da política de desenvolvimento rural Europeia.

Elegemos como caso de estudo empírico a região constituída pelos concelhos de Alcoutim, Mértola e Odemira. Trata-se de uma região onde estão bem patentes as consequências económicas e sociais de um acentuado processo de despovoamento e de desertificação, com a conseqüente erosão dos solos e a muito fraca competitividade da respectiva agricultura. A esta configuração problemática, contrapõe-se, todavia, um conjunto de potencialidades - ambientais, paisagísticas e culturais – que, como é conhecido, estão na base da procura urbana de fruição do rural. Partindo dos últimos dados fornecidos pelo INE, discutir-se-á a contribuição potencial das diferentes modalidades de agricultura de pluriactividade para o desenvolvimento sustentável do território em causa, e, em particular, a contribuição de modalidades outras que estão, ou podem vir a estar, ligadas ao preenchimento de novas procuras sociais, tais como: agroturismo, turismo rural, artesanato, produção de produtos de qualidade, etc..

A importância do Relatório de Sustentabilidade na estratégia da Herdade do Freixo do Meio.

Alfredo Cunhal Sendim

A compilação e publicação anual do relatório de sustentabilidade por parte do grupo de empresas agrícolas Sousa Cunhal, assenta no propósito de prosseguir o objectivo do desempenho verdadeiramente responsável no desenvolvimento de actividades empresariais privadas no mundo rural. A utilização deste instrumento tem uma dupla função: interna e externa. Internamente, pretende afirmar-se como exercício de reflexão e desenvolvimento, como meio de sensibilização e como mecanismo de monitorização da actuação. Externamente o relatório de sustentabilidade pretende ser um efectivo mecanismo de divulgação e de informação. Esta atitude de comunicação é essencial na senda da competitividade empresarial como via de diferenciação.

A actuação de uma empresa deve ser determinada pela sua estratégia, que deve ser definida à luz da sua missão e ser coerente com a ética dos seus responsáveis. A clareza e transparência, na apresentação e discussão encadeada destes diferentes patamares, assumem uma importância capital na identidade das organizações.

A **ética** dos responsáveis pelas empresas familiares agrícolas da Sousa Cunhal pode resumir-se ao propósito da procura de uma actuação responsável. A consciência de que a propriedade “privada” do solo é um direito natural, no sentido de que constitui uma forma de responsabilização e dignificação do homem, mas que ela é condicionada pelo “interesse comum”; a convicção de que a natureza é um universo colectivo do qual o homem é parte integrante, pelo que deve ser verdadeiramente respeitada por este; o sentimento de gratidão da entrega ao próximo; a importância da determinação e da distribuição dos excedentes, a evidência de conseguir uma utilização dos recursos mais eficiente, constituem pilares fundamentais nos deveres da atitude responsável.

A **missão** consiste em desenvolver actividades no mundo rural envolvente que contribuam para uma dignificação e um verdadeiro desenvolvimento da sociedade, em paralelo com o respeito pelos ciclos da natureza, entendendo a componente económica como uma necessidade pragmática e não como um objectivo.

A **estratégia** assenta na lógica do compromisso inter-geracional, ou seja na visão adequada aos períodos de paz, a construção perdurável no tempo. Nessa perspectiva, e atendendo às características do mundo actual das quais se evidenciam a rapidez e surpresa das mudanças, faz sentido desglobalizar. Faz sentido apenas contar com os recursos verdadeiramente controláveis. Faz sentido fechar os ciclos da água, da energia e dos minerais (fertilidade). Faz sentido diversificar actividades procurando simbioses entre elas. Faz sentido diferenciar a partir e tirando partido da adaptabilidade dos factores locais e faz sentido procurar permanentemente o aumento da eficiência, reduzindo custos de produção. Ou seja, faz sentido compreender e imitar a natureza (todas as estratégias enunciadas são fórmulas naturais).

A grande questão reside no paradigma de compatibilizar uma actuação fundamentada nos patamares de pensamento descritos com a realidade capitalista vigente.

A solução (resolução com êxito) não só é possível, como deve constituir, o mais rapidamente possível, uma alternativa ao modelo maioritário, actual.

A eficiência dos processos e consciência dos cidadãos são as grandes chaves da resolução.

O relatório de sustentabilidade, tal como definido pelo *Global Report Initiative*, constitui uma ferramenta poderosa de actuação nos dois vectores identificados. Quanto aos processos, o relatório promove o auto-conhecimento dos mesmos, proporciona o aprofundamento, consciencializa internamente e permite o estabelecimento de objectivos de melhoria.

Quanto à consciência dos consumidores, o relatório tem uma dupla função ao promover, através da divulgação das acções, o desenvolvimento deste factor, e ao mesmo tempo, ao permitir que essa consciência ser torne útil, no sentido de conferir competitividade e atractividade às organizações que desenvolvem actividades coadunadas com essa mesma consciência.

A Paisagem na representação das regiões vinhateiras

Ana Lavrador¹ e Jorge Rocha²

1- Membro da e-Geo, FCSH da Universidade Nova de Lisboa e doutoranda da Universidade de Évora

2- Docente da Universidade de Lisboa (FLUL) e investigador do CEG

Este artigo tem por principal objectivo revelar o papel da paisagem na promoção vínica e turística de cinco emblemáticas regiões vinhateiras de Portugal: Vinhos Verdes, Douro, Dão, Bairrada e Alentejo. A utilização da paisagem enquanto imagem promocional é uma mais-valia no reforço da identidade das regiões, útil ao mercado vitivinícola e à construção de um destino turístico, ambos com grande significado no desenvolvimento regional. Com efeito, a economia global e a mecanização agrícola tendem a simplificar e a especializar o mosaico agrícola, em particular nas áreas de maior aptidão para a produção vitivinícola (caso das Denominações de Origem Controlada, DOC), sustentadas numa regulamentação comum à UE. Esta nova ordem económica constitui uma séria ameaça à identidade e compromete valores ambientais e culturais insubstituíveis, promovendo uma rápida descaracterização das paisagens e o enfraquecimento das regiões face a oportunidades no âmbito do rural multifuncional. A explicitação de práticas promocionais vai ao encontro dos esforços dos governos europeus relativos à preservação das paisagens e ao desenvolvimento rural, apoiados na Política Agrícola Comum (PAC) e nos Projectos de Iniciativa LEADER. Procura-se efectuar uma abordagem integradora, contabilizando actuações de produtores, entidades turísticas e organismos oficiais. No tratamento da informação, as imagens são classificadas em categorias (Paisagem, Marca Comercial e Turismo), analisadas através de uma análise de conteúdo suportada na Teoria de Cohen (1996, *in* Sarmiento, 2004) e exploradas pela técnica estatística Análise Factorial de Correspondências Múltiplas. As conclusões são cartografadas através de um SIG. Como resultados, distinguem-se “marcas fortes” com maior expressão na promoção e “marcas fracas” ou menos representadas. Reconhecem-se atitudes e interesses das entidades emissoras através do destaque dado à categoria Paisagem face às categorias Marca vínica e Turismo, o que expressa graus de sensibilização às paisagens e à sua operacionalidade na dinâmica sectorial. A convergência e/ou divergência entre o *marketing* de produtores e o das entidades turísticas das diferentes regiões são ainda representativos da coesão entre actores sociais, referida como chave de desenvolvimento nos diferentes instrumentos de planeamento e de gestão dos espaços rurais.

Palavras-chave: representação, paisagem, identidade, regiões vinhateiras, desenvolvimento rural.

A fileira da carne de bovino em Arcos de Valdevez: actores e qualidades

António Fragata^a, Isabel Silva^a

^a Departamento de Estatística Experimental, Economia e Sociologia Agrárias, Estação Agronómica Nacional, INRB, 2784-505 Oeiras.

A Comunicação pretende dar uma contribuição original no estudo da fileira da carne de bovino num concelho do norte do país Arcos de Valdevez e num ano (2002) anterior à recente Reforma da PAC 2003.

Para tal mobilizámos a Economia das Convenções e a sua hipótese de base– da pluralidade dos modos de coordenação e das lógicas dos actores.

Através de inquérito e de entrevistas foram reconstituídas as diversas categorias de agentes da fileira – criadores, talhantes, contratadores e outros – e as primordiais interações ocorridas no processo de produção, transformação e distribuição da carne. As interações dos actores são observadas sob a forma de *cenas-tipo*, ou seja de situações estilizadas que representam factos análogos, o que permite reduzir a multiplicidade de casos individuais a uma diversidade expressa por um reduzido número de tipos e, assim, dar sentido às observações.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese central de que os actores da fileira são mobilizados por uma diversidade de compromissos de coordenação e por diferentes dimensões da qualidade da carne e das carcaças de bovinos, que se expressam nos denominados mundos da “qualidade específica” e da “qualidade industrial”.

Nos mundos da “qualidade específica” a fileira é territorializada e as transacções são caracterizadas pela reivindicação da origem local da carne e do conhecimento dos criadores e pela consideração de uma raça específica do território como critério determinante na definição do produto. No mundo da “qualidade industrial”, os procedimentos dos actores não têm em conta os saberes locais, as características do território e das suas raças bovinas. Este mundo de qualidade cria um fosso com os actores locais que desejam valorizar o que lhes é próprio e próximo.

Com os resultados deste estudo será ainda possível comparar a oferta de vitelos nascidos numa vasta zona de montanha antes e depois da recente Reforma da PAC e avaliar as eventuais consequências do desligamento à produção da ajuda directa “prémio aos bovinos machos” adoptado em 2003.

A Pequena Agricultura Familiar e as Novas Funcionalidades do Meio Rural: estudo de Caso no Concelho de Vouzela

António Joaquim M. Soares de Sousa
Escola Superior Agrária de Viseu
soaressousa@esav.ipv.pt

Luís J. Marques
Escola Superior Agrária de Viseu
luismarques@terrasaltas.pt

Os meios rurais de diversas zonas do País experimentaram, nas últimas décadas, várias mudanças sociais e económicas.

Até à década de 80, as pequenas explorações agrícolas familiares, existentes no território nacional, foram tratadas com algum desprezo e como um entrave à modernização da agricultura nacional. No entanto, muitas delas, devido à natureza flexível dos seus sistemas de agricultura, mantiveram-se até aos dias de hoje, tentando adaptar-se aos condicionalismos encontrados, moldando-se às novas realidades sócio – económicas e contribuindo para a modelação da paisagem rural. Contudo, anteriormente ao último Quadro Comunitário de Apoio, estas explorações estavam praticamente excluídas dos programas de apoio ao investimento.

No contexto apresentado, pretende-se com este trabalho fazer uma abordagem à agricultura praticada no concelho de Vouzela, situado na Região de Lafões, no distrito de Viseu. Assim, a partir de um conjunto de dados obtidos a 52 explorações familiares (através de documentação, entrevistas a famílias agricultoras, outros contactos locais e observação de paisagem) foram estudados alguns factores que compõem estas explorações, tendo em conta as suas características relativas à constituição e organização dos agregados familiares, à origem dos seus rendimentos, ao património fundiário, às actividades produtivas desenvolvidas, às intenções de candidatura a acções de apoio e às perspectivas futuras de desenvolvimento da exploração agrícola.

Posteriormente, a partir dos dados obtidos, são analisados os factores que permitiram conhecer melhor as dinâmicas destas pequenas explorações.

Por fim, pretende-se apresentar uma reflexão acerca do futuro dos meios rurais e das suas novas funcionalidades, tendo em conta as expectativas da sociedade actual e o seu contributo para o desenvolvimento das regiões.

Marginalização agrícola em Portugal: Resistência ou Resignação? (poster)

Ambra Sedlmayr
Centre for Environment and Society, Department of Biological Sciences
University of Essex CO43SQ – Colchester (UK)
acsedl@essex.ac.uk

Palavras-chave: abandono agrícola, agricultura familiar, política económica

O abandono agrícola em Portugal tem causas complexas (Black, 1992, Baptista, 1995, Alves, 2003, Pinto-Correia, 2006), que interessa esclarecer de uma perspectiva transdisciplinar, como ponto de partida para a formulação de qualquer acção ou estratégia de desenvolvimento agrícola e rural nas áreas afectadas que se quer bem sucedida.

Frequentemente a marginalização agrícola é encarada como “evolução natural” e como resultado de “outras aspirações” dos residentes em meio rural (Pretty, 1995, Boyce, 2004). Tais perspectivas subestimam o papel da política económica na transformação do mundo rural (Bennholdt-Thomsen, 1999, Gorelick, 1998) e frequentemente não se baseiam em dados sólidos sobre as aspirações e a mundividência dos agricultores (Pimbert, 2005).

Julgou-se ser conveniente confrontar a análise teórica das forças motrizes que levam ao abandono agrícola em Portugal com a perspectiva dos agricultores que permanecem, de modo a elucidar as causas individuais do abandono das terras. Com este objectivo em mente procedeu-se a uma investigação preliminar, baseada na observação participante e em entrevistas semi-estruturadas em 6 aldeias nas Serras do Centro de Portugal.

Esta análise revelou uma ligação emocional à actividade agrícola, independente da viabilidade económica, e afastada da racionalidade de maximização do lucro. O problema dos preços baixos obtidos pelo produtor emergiu como causa central do abandono agrícola na perspectiva dos agricultores, sendo de realçar que a presença de emprego fora da agricultura é um factor chave para se perceber a manutenção da agricultura de subsistência nas áreas marginais. Concluiu-se que os agricultores em geral não problematizam a sua situação, parecendo estar resignados, mas resistindo de certa forma, ao manter vivos valores camponeses através do contínuo cultivo para o consumo doméstico, independentemente das pressões político-económicas.

Este trabalho preliminar serve de base para explorar estratégias de economia solidária e métodos de aprendizagem participativa para facilitar o estabelecimento de explorações de agricultura sustentável em áreas marginais.

Referências:

- ALVES, A., CARVALHO, N., SILVEIRA, S.; MARQUES, J., COSTA, Z. AND HORTA, A. (2003) O abandono da actividade agrícola. Lisbon, Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas.
- BAPTISTA, F. O. (1995) Agriculture, Rural Society and the Land Question in Portugal. *Sociologia ruralis*, 35.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V., MIES, M. (1999) *The Subsistence Perspective*, London, Zed Books.

BLACK, R. (1992) *Crisis and Change in Rural Europe. Agricultural Development in the Portuguese mountains*, Avebury, Ashgate Publishing Ltd.

BOYCE, J. (2004) A future for small farms? Biodiversity and Sustainable Agriculture. *Working Paper Series*. Amherst, University of Massachusetts.

GORELICK, S. (1998) Small is Beautiful, Big is Subsidized. How our taxes contribute to social and environmental breakdown. Dartington, International Society for Ecology and Culture.

PIMBERT, M., TRAN-THANH,K., DELEAGE,E., REINERT,M., TREHET,C.,AND BENNETT,E. (EDITORS) (2005) Farmer's Views on the Future of Food and Small-Scale Producers. *Reclaiming Diversity and Citizenship*. International Institute for Environment and Development (IIED).

PINTO-CORREIA, T., BREMAN, B., JORGE, V. AND DNEBOSKA, M. (2006) Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologia de Áreas Rurais. IN Universidade de Évora, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

PRETTY, J. (1995) *Regenerating Agriculture. Policies and Practice for Sustainability and Self-reliance*, London, Earthscan.

Parque de Natureza de Noudar. Um Modelo de Teia Funcional aplicado ao Desenvolvimento Rural de Territórios em Rede Natura 2000

Bárbara Pinto

Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva (EDIA, S.A.),

bpinto@edia.pt

www.parquenoudar.com

Palavras-chave: biodiversidade, desenvolvimento rural, Rede Natura 2000, teia funcional.

O Parque de Natureza de Noudar (PNN) é um projecto de natureza agro-ambiental, residindo o seu valor demonstrativo na interligação que existe entre a conservação ambiental, a produção agrícola e a geração de produtos turísticos. Em conjunto com a certificação para o Modo de Produção Biológico, a interligação funcional atribui um elevado valor demonstrativo ao projecto, valor que é ampliado pela localização num sítio da Rede Natura 2000. Salienta-se neste contexto, a importância da divulgação das metodologias de gestão do montado de azinho bem como a divulgação e valorização dos produtos resultantes da exploração das actividades económicas destes ecossistemas.

Este projecto desenvolve-se na Herdade da Coitadinha, em Barrancos, propriedade adquirida pela EDIA, como medida de compensação pela afectação de ecossistemas de montado, galerias ripícolas e matagais mediterrânicos induzidos por Alqueva.³

O conceito aplicado ao projecto assenta na multifuncionalidade destes ecossistemas e nos produtos e serviços que eles propiciam, acrescentando interligações entre as múltiplas componentes em presença, criando uma teia funcional de que resulta um território de elevado valor ecológico que se reflecte numa paisagem com uma dimensão poderosa e integradora de todos os elementos em presença.

O desenvolvimento e aplicação de metodologias de gestão de habitat com objectivos simultâneos de conservação da natureza e interpretação do património natural, é aferido através de um programa de monitorização da biodiversidade, uma das metas deste projecto.

No período 2007-2013 a gestão da rede Natura 2000 estará assente em lógicas de gestão semelhante à que já hoje é aplicada no PNN, em que agricultura e turismo se combinam com uma estratégia de conservação. No PNN, acresce à dimensão sócio -económica e ambiental uma poderosa dimensão demonstrativa.

³ Programa de Gestão Ambiental do EFMA – PGA05

Para uma melhor compreensão dos processos em curso na paisagem rural: discussão metodológica da integração de métricas da paisagem com a informação sobre a gestão ao nível das explorações (poster)

Barroso, F. ¹; Santos, C. ²; Pinto Correia, T. ¹; Ramos, I. ³

¹ Grupo de Ecossistemas e Paisagens Mediterrânicos, ICAM / Universidade de Évora.

² Estação Agronómica Nacional, Departamento de Estatística Experimental, Economia e Sociologia Agrárias, Oeiras.

³ CESUR – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

A paisagem rural tem sofrido grandes alterações nas últimas décadas, justificando assim, a necessidade de se estudar e monitorizar essas alterações, identificando os processos em curso. Tradicionalmente têm-se recorrido a dois tipos de abordagens: por um lado, as baseadas na observação de estatísticas agrícolas, e porventura complementadas por inquéritos, no que diz respeito às características dos produtores e da produção, e por outro, as baseadas na ocupação do solo e métricas da paisagem, através da integração de elementos cartográficos e de detecção remota. Contudo, e apesar da validade de cada uma das abordagens, a compreensão dos processos em curso, e das suas causas e consequências, exige uma análise que combine estas várias componentes. Assim, pretende-se neste poster apresentar um exercício que visa explorar as potencialidades e limitações da integração das duas abordagens.

Metodologicamente, parte-se de uma amostragem estratificada por segmentos validada para o concelho de Castelo de Vide (Ramos e Teixeira 2007). Sobre os 14 segmentos de 25 hectares efectua-se (no âmbito de projectos distintos) dois tipos de análises: (a) o cálculo de 10 indicadores de paisagem com base na experiência de Romero-Calcerrada e Perry (2004), e (b) a realização de inquéritos aos chefes de exploração cuja propriedade se insere nos segmentos, no sentido de compreender e identificar qual a gestão feita pelo sector agrícola e quais os factores que a influenciam.

A confrontação dos resultados provenientes das duas abordagens, permite por um lado, consolidar as respostas dadas pelos chefes de exploração, e por outro, perceber quais as opções de gestão que determinaram a evolução temporal e espacial da paisagem, reflectida nos indicadores calculados, ou seja, permite associar processos sócio-económicos às alterações na estrutura da paisagem. Possibilita também explorar se as métricas ao longo do tempo, nos permitem identificar tendências na gestão, tal como descritas pelo agricultor, permitindo generalizar para outras áreas, sem ter que recorrer a inquéritos aos chefes de exploração. Ao nível da escala temporal verifica-se que a conjugação das duas abordagens permite melhorar a compreensão da transição ocorrida no período de 1995 a 2005 (10 anos) entre observações na fotografia aérea. Um dos desafios da integração destas duas abordagens diz respeito à delimitação do segmento e como se pode conciliar os diferentes níveis, pois por um lado temos a área levantada para efeitos de análise de evolução da estrutura da paisagem (tipicamente um rectângulo), e por outro a área sobre a qual efectivamente os chefes de exploração respondem.

Concluindo, verifica-se através deste exercício exploratório que existem definitivamente complementaridades que favorecem um melhor entendimento da paisagem e das suas dinâmicas, devendo-se promover um relacionamento mais estreito e iterativo entre as duas abordagens.

Referências:

Romero-Calcerrada, R. & Perry, G. L. W. (2004). *The role of land abandonment in landscape dynamics in the SPA "Encinares del río Alberche y Cofio, Central Spain, 1984-1999.* Journal of Landscape and Urban Planning 66: 217-232.

Ramos, I. L., Teixeira, T. (2007). *Aspectos de um sistema de monitorização da paisagem: aplicação ao Concelho de Castelo de Vide.* Agronomia Lusitana, 51-4. Estação Agronómica Nacional, Oeiras.

A. Metodologias de Gestão Fitossanitária Sustentável em Ecossistemas Vitícolas (Gestão de Boas Práticas Agroecológicas)

Carola Meierrose (A e B)
Universidade de Évora

Culturas perenes de alto valor económico tais a vinha existem na Península Ibérica desde o tempo dos Romanos e mantiveram-se sem a intervenção dos modernos métodos de gestão vitícola, durante pelo menos 2000 anos. Ora tanto as pragas como os auxiliares coexistem desde tempos imemoriais na zona rural ibérica.

A expansão exponencial da viticultura no Sul de Portugal, à qual se assiste há cerca de duas décadas, coloca novos problemas para as quais existem em parte velhas soluções, que no entanto exigem grande habilidade de gestão consubstanciada em profundos conhecimentos da biologia dos intervenientes obrigatórios de flora e fauna (perante as condições climáticas e micro climáticas de cada vinha) por um lado, associados às benções das modernas tecnologias fitossanitárias, por outro.

Com esta contribuição apresentam-se os elementos biológicos e técnicos necessários para conseguir uma gestão sustentável do sistema produtivo que assenta em experiência adquirida ano após ano. Deste modo oferece-se um modelo polivalente, baseado em estudos profundos e pormenorizados.

B. Gestão de Biodiversidade em Sistemas Agrícolas. Apresentação de alguns exemplos práticos (Gestão de Conservação e Biodiversidade)

A defesa da biodiversidade tornou-se uma nobre causa desde que a Humanidade percebeu que a nave espacial Terra não cresce apesar da fome para recursos ilimitados da população humana em crescimento exponencial. Os recursos biológicos vão diminuindo se-não desaparecendo perante as inúmeras agressões da nossa espécie aos ecossistemas terrestres e aquáticos.

Por um lado, a insistência na defesa de reservas naturais intocadas pelas nossas intervenções directas, recebe crescente atenção e apoio. No entanto, as necessidades de alimentar 7 mil milhões de pessoas com a produção dos ecossistemas antropogénicos tende a isolar cada vez mais os ecossistemas agrícolas e florestais “esterilizados” da intervenção de componentes “inúteis” da natureza circundante, “selvagem”. Daí resulta uma perda de elos da teia trófica “indiferentes” aos sistemas produtivos que no entanto são essenciais para a saúde ambiental. Em Portugal ainda existe um salutar equilíbrio entre natureza e áreas produtivas, uma fonte prometedora para o futuro.

Com esta intervenção pretende-se apresentar algumas soluções que ajudarão a manter uma biodiversidade saudavel em ecossistemas produtivos sem colidir com uma gestão inteligente e rentavel.

Agriculturas Familiares: As Famílias da Segurança Social

Maria da Graça Ferreira Bento Madureira
Instituto Politécnico de Bragança
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela
Rua João Maria Sarmento Pimentel 5370-326 Mirandela
Tel. 278 201 340/1
e-mail: gmadureira@ipb.pt

Estabeleceu-se como objecto do estudo a identificação das dinâmicas que vão ocorrendo nas explorações agrícolas familiares em articulação com o decurso do ciclo de vida da família.

A abordagem teórica consistiu na análise dos conceitos de ciclo de vida da família e de estratégias familiares. A conceptualização e operacionalização destes conceitos foram tratadas em torno dos contributos da sociologia da família e da sociologia rural. O estudo das estratégias familiares centrou-se nas dinâmicas dos agregados domésticos relacionadas com as explorações agrícolas.

O cruzamento dos dados provenientes da recolha empírica permitiu obter uma perspectiva interpretativa das dinâmicas das agriculturas familiares, como se articulam e podem ser explicadas pelas diversas estratégias familiares e como estas se relacionam com os ciclos de vida das famílias.

A nossa reflexão recai nas *famílias da segurança social* onde é crucial, no total das suas receitas, a importância das prestações pecuniárias provenientes do sistema de segurança social.

As dinâmicas dos sistemas produtivos agrários no Alentejo no período 1986-2007

José Francisco Ferragolo da Veiga
jfveiga@drupal.min-agricultura.pt

No período 1986-2007 os sistemas produtivos agrários do Alentejo sofreram profundas mudanças resultantes de oscilações de mercado, das sucessivas reformas da política agrícola comum e das respostas dos agricultores e da sociedade em geral às funções da agricultura e do meio rural.

A par da maior ou menor resistência dos sistemas produtivos tradicionais, mais ou menos ancorados na competitividade económica ou no suporte político e social, novos sistemas produtivos surgiram, respondendo também eles a oportunidades de mercado ou a novos incentivos das políticas agrícola e rural. Estão neste último caso os métodos de protecção integrada e os modos de produção: produção integrada e agricultura biológica.

Na presente comunicação procura-se fazer uma avaliação destas mudanças, separando as alterações conjunturais das alterações mais profundas que se revelaram mais estáveis no tempo.

Dada a complexidade do tema serão abordados apenas os sistemas produtivos mais importantes no Alentejo, pela sua importância económica ou dinamismo, realçando a sua evolução em linhas gerais.

Os métodos e modos de produção incentivados pela política agro-ambiental, dada a sua novidade e menor expressão serão analisados em termos de avaliação dos resultados dessa política.

Destaca-se em conclusão a fragilidade da maioria dos sistemas produtivos agrários do Alentejo e a sua dependência face a evoluções em curso ou previsíveis.

A fruticultura da amêndoa no douro e no Algarve Problemáticas e soluções

João Pedro Figueira de Almeida Urbano de Mendonça
(mendonca.u@gmail.com)

A agricultura portuguesa e de forma mais particular as tradicionais culturas mediterrânicas, exceptuando o vinho, tem vindo a perder grande parte do seu relevo económico. Em alguns casos, esse declínio traduz-se num progressivo abandono dos espaços produtivos, com reflexos negativos ao nível do ambiente, das actividades económicas com eles relacionadas e das próprias comunidades locais. Os conceitos de multidimensionalidade da actividade agrícola e de sustentabilidade territorial ganham assim pertinência.

Partindo da análise da fruticultura da amêndoa em dois contextos distintos (região do Douro e Algarve) demonstra-se a necessidade de recuperar e fazer ressurgir os pomares, numa época em que tanto se valoriza as produções de qualidade, associadas a um território específico. Estrutura-se a apresentação em duas partes, sendo a primeira dedicada à análise evolutiva da produção de amêndoa e respectivas áreas agrícolas, em cada uma das duas regiões, enquanto que na segunda parte sugerem-se formas de reestruturação e racionalização dos amendoais e das suas estruturas de comercialização.

**Multifuncionalidade e Integração no Alentejo:
Contexto e Incidências na Herdade da Figueirinha**

José Samarra (Eng.º Agrícola)

Vila Galé SA - Herdade da Figueirinha

Santa Vitoria

7800-730 Beja

T.:+ 351 284 975 209

F.: + 351 284 975 301

GSM: 351 962 017 093

jsamarra@vilagalé.pt

www.santavitoria.pt

A Herdade da Figueirinha é um bom exemplo de multifuncionalidade agro-rural no contexto de um grupo empresarial de vocação turística. De facto, estão presentes na Herdade da Figueirinha as três componentes principais da agricultura multifuncional, a saber, a produção, a conservação e a recreação. Desde logo, a actividade agro-pecuária é um instrumento de integração do grupo na comunidade local e um veículo privilegiado de transmissão da cultura local ao visitante-cliente que busca a Herdade atraído pelo conceito de Clube de Campo e a sua gama diversificada de serviços. Neste particular, o ecoturismo e o enoturismo, entre outras actividades, fazem bem a passagem da agro-conservação para a recreação e o lazer. Acrescente-se a responsabilidade social da empresa por via das suas ligações à economia local. Mencione-se, a propósito, as acessibilidades locais, as ligações aos fornecedores da região, o volume de emprego criado nas freguesias mais próximas. Por fim, salientam-se outros efeitos externos positivos do empreendimento como são o ordenamento do território e a gestão do mosaico paisagístico envolvente. Por estas razões, vale sempre a pena uma visita à Herdade da Figueirinha."

**Agricultura, paisagem e identidade local.
Abordagem etnográfica da multifuncionalidade.**

Júlia Carolino

ICAM/Paisagens e Ecossistemas Mediterrânicos

Universidade de Évora

jcarolino@uevora.pt

A comunicação incidirá sobre metodologia e resultados de dois estudos de caso sobre agricultura e identidade local no Alentejo, levados a cabo respectivamente nos concelhos de Castelo de Vide (projecto MURAL/Universidade de Évora) e de Mértola (dissertação de doutoramento em Antropologia Social/Universidade de Brunel). A abordagem será comparativa e propõe-se discutir de que modo pode a antropologia, familiarizada com as questões da produção de identidade e mais recentemente interessada no estudo da paisagem, contribuir para a compreensão do lugar da agricultura nas sociedades contemporâneas. Ambos os estudos apresentados são informados por uma definição da paisagem como relação dialéctica entre realidade material e imaginário social e caracterizados pelo recurso a metodologias qualitativas, atentas ao modo como o mundo social é definido pelos próprios actores. Procurar-se-á suscitar debate sobre em que medida podem estudos etnográficos, do tipo dos que aqui se apresentam, interagir criativamente com abordagens das dinâmicas territoriais levadas a cabo por outras disciplinas.

Impact of trade policies on SME behaviour and food culture: a case study on the rice sector in Portugal

Luca Panzone¹, Miguel Malta², Orlando Simoes², Lucia Baldi³

¹ University of Reading (UK);

² Escola Superior Agrária de Coimbra (Portugal);

³ Università di Milano (Italy)

Risiculture is an historical sector in Portuguese rural life, and, when agriculture merged with history and tradition, Portugal became the 1st country for rice consumption in the European Union. Internal supply of rice has changed radically since the entrance of Portugal in the EU, with a steady reduction of land harvested (-20% from 1975 to 2006) and the introduction of Indica varieties in local risiculture and distribution channels, causing a dramatic change in the percentage of variety consumed. Accordingly, the industrial sector has suffered a concentration phenomenon.

Through qualitative interviews, this study analyses the implications that free-trade and preferential treatments in trade can cause on a local agricultural context, as it shows that procurement strategies became a crucial issue for firm survival, weakening the relation between Portuguese risiculture and rice millers. Although important for development and for market-led economies, trade openness stimulated a price-competition which directed procurement worldwide, leading to a diversification in food habits, enlarging noticeably the dimension of the market. The side effect seems that the strong link between local agriculture and industrial sector is becoming weaker and weaker, and this is a matter that policy-makers have to consider in order to protect the positive externalities associated with the loss of this links in terms of ecological aspects and landscape preservation.

A first step in protecting local rice production has been the creation of rice districts in the 4 producing areas, protecting through a GI local production, allowed by the WTO framework, albeit not all firms consider the idea positively. Nevertheless, further studies should be directed in order to understand and exploit the potentialities of risiculture.

Along with a rural development insight of the actual reality, this study can also be a first step in order to plan future studies on the Portuguese rice sector in multiple areas of study.

Projecto "Rede Nacional de dados de Matas Nacionais e Perímetros Florestais": o perfil florestal actual do património sob gestão do M.A.D.R.P.

Luís Reis
DGRF-MADRP
lrreis@dgrf.min-agricultura.pt

Será feita uma apresentação dividida em quatro áreas informativas:

- 1 - Far-se-á uma resenha do trabalho desenvolvido nos oito anos de vigência do projecto (2000 -2007) no que se refere à inventariação do coberto florestal das áreas públicas e comunitárias sob gestão do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), cerca de 460.000 hectares;
- 2 - Seguidamente, caracteriza-se o coberto florestal em termos de espécies florestais, composição das manchas, bem como com base em algumas outras variáveis relacionadas com estratos etários;
- 3 - Face aos dados recolhidos e ao último inventário florestal nacional, apresenta-se uma repartição das existências florestais pelas diferentes regiões de Portugal Continental (Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Litoral, Beira Interior, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve), bem como uma análise da evolução do coberto florestal nas Matas Nacionais / Perímetros Florestais até ao corrente.
- 4- Análises finais dos dados já recolhidos.

Pode o Presunto de Chaves sobreviver? Uma análise SWOT

Lurdes Pires
Paula Cabo
Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior Agrária,
Campus de Santa Apolónia, apartado 172, 5301-855 Bragança, Portugal
E-mail: paulacabo@ipb.pt

Partilhando o destino de outras regiões do interior de Portugal, Chaves encontra-se ameaçada pela desertificação e falta de dinâmica da sua economia. A adesão à Comunidade Europeia, bem como, as transformações mundiais ocorridas nas últimas décadas, em especial, o fenómeno da globalização, requerem novas formas de competir e de estar no mercado. A aposta em produtos regionais distintivos, de qualidade superior, afigura-se uma estratégia vencedora.

O presente estudo tem por objectivo avaliar a viabilidade do produto Presunto de Chaves. Para tal recorre-se à análise SWOT, através da identificação dos Pontos Fortes e Fracos, Ameaças e Oportunidades do referido produto.

Metodologicamente, recorreu-se à técnica do inquérito pessoal, tendo-se realizado um total de 200 inquéritos a turistas/visitantes do concelho, bem como, a 51 produtores flavienses e 9 produtores de outros concelhos.

A análise efectuada permite concluir que a sobrevivência deste produto requer uma nova estratégia, mais agressiva e dinâmica, no sentido de organizar a sua produção e comercialização, adaptando-as às novas necessidades dos consumidores, bem como, uma atenção especial por parte do legislador para as especificidades de alguns produtos cuja base distintiva assenta no modo de fazer ancestral e que são a sustentáculo do nosso rico património gastronómico.

O Perímetro de Rega de Monte Novo – Resultados Preliminares da Reconversão da Agricultura de Sequeiro em Agricultura de Regadio

Santos, Maria José Palma; Henriques,
Pedro Damião de Sousa;
Fragoso, Rui Manuel de Sousa

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva constitui um investimento estruturante cuja valia agrícola assenta na implantação do regadio em 110 mil novos hectares, visando a reconversão progressiva do modelo actual de agricultura, maioritariamente de sequeiro para um modelo de produção baseado em culturas de regadio de maior valor acrescentado, nomeadamente, nas culturas horto-frutícolas, horto-industriais e nos sub-sectores da vinha e olival. Ao nível da empresa agrícola esta reconversão produtiva implica a realização de investimentos, cuja viabilidade económica depende da capacidade que a empresa tem para os remunerar.

Este trabalho tem como principais objectivos estudar a viabilidade económica do investimento em culturas regadas no âmbito do aumento da disponibilidade de água proporcionada pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e avaliar os efeitos directos da reconversão cultural nos resultados económicos da empresa agrícola e na afectação dos seus recursos, tendo por base as condições institucionais decorrentes da Política Agrícola Comum de 2003 e da Directiva Quadro da Água.

A metodologia baseia-se na elaboração dum modelo de programação matemática multiperíodo, adaptado às características específicas de explorações representativas do Perímetro de Rega do Monte Novo. O modelo determina a combinação óptima das actividades de produção agrícola, em função da maximização da propensão marginal ao consumo do produtor, tendo em conta a probabilidade de ocorrência da dotação bruta de água de rega e a variabilidade da produção agrícola e dos preços dos produtos nos mercados agrícolas. As simulações são efectuadas testando a Política Agrícola Comum em vigor, perspectivando-se simultaneamente o cenário de diminuição das ajudas directas para os produtos incluídos nas Organizações Comuns de Mercado em análise, assim como a adopção de tecnologias melhoradas principalmente ao nível da irrigação.

Palavras-Chave: *Programação Multiperíodo; agricultura; regadio; tarifa de recursos hídricos.*

Sistemas de Pastoreio Extensivos: uma proposta metodológica para o seu estudo

Manuel Belo Moreira*
Inocência Seita Coelho**

Esta proposta visa uma abordagem holística dos sistemas de pastoreio extensivos centrada na identificação dos aspectos mais relevantes que se colocam à respectiva gestão, ao mesmo tempo que se procura esclarecer as interações entre aspectos e fenómenos diversos que, usualmente, são analisadas isoladamente pelas diferentes áreas disciplinares que os estudam: desde as ciências de produção animal e das plantas, até às ciências sociais, passando pelas ciências abióticas (Holecheck et al. 2004)⁴.

A razão de fundo desta reflexão resulta da observação e do estudo dum caso concreto (pastorícia no Campo Branco) que nos levou à constatação de que nas análises dos sistemas de pastoreio extensivo não só faz falta o confronto de ideias que só um diálogo permanente entre os interessados na análise do sistema seja qual for o corpo disciplinar ou a perspectiva em que os estudam, mas também cremos que será útil sistematizar os principais aspectos que qualquer estudo não pode ignorar.

Autores como Blench (2001)⁵ excluem do universo de estudo dos sistemas extensivos muitos dos sistemas europeus aos quais, no entanto, esta comunicação importa em primeira instância. É que, como acontece em Portugal, mesmo reconhecendo que se trata de sistemas frágeis que mostram evidentes sinais de declínio, ainda assim mantém um importante papel não só para a preservação da biodiversidade e da paisagem, mas também como elementos de relevo do simbólico das sociedades rurais, já para não falar do respectivo papel na ocupação produtiva do território e nas políticas de gestão que lhe estão associadas.

A metodologia de análise proposta procura descrever as interações entre os recursos naturais (tomados aqui no sentido das condições edafoclimáticas sobre as quais a gestão não tem meios de intervir) e o contexto económico e sócio-cultural, ancorado na história e no resultado de políticas nacionais e supra-nacionais que moldam e condicionam as decisões de gestão que os diferentes *stakeholders* do sistema vão tomando. Decisões de gestão que constituem o foco da metodologia proposta.

* Professor do Instituto Superior de Agronomia (UTL) e ** Investigador do Instituto Nacional de Recursos Biológicos (INRB).

1 Holecheck, J. L., Pieper, R. D. & Herbel, C.H. (2004) *Range Management: Principles and Practices*, New Jersey, Pearson - Prentice Hall, 5th edition.

2 Blench, R. (2001) 'You can't go home again' *Pastoralism in the new millennium*. London, Overseas Development Institute, PDF version 17 May 2001.

Caracterização do funcionamento da DOP “Carne Mirandesa”

Isabel Ribeiro xilote@ipb.pt
Alda Matos alda@ipb.pt
António Fernandes toze@ipb.pt

Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária
Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural

De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiro (1993), a raça Mirandesa foi das raças bovinas portuguesas, no início do século passado, a que teve uma maior área de expansão, desde o planalto Mirandês até ao Norte do Alentejo. A comercialização da carne, natural desta raça, embora recente tem um papel de relevo na actividade agro-pecuária do Nordeste Transmontano, enquadrando-se numa fileira de mercado de qualidade superior.

O objectivo do presente trabalho é caracterizar o funcionamento comercial da DOP (Denominação de Origem Protegida) Mirandesa e elaborar um diagnóstico estratégico para esta actividade. Através da análise SWOT (*Strengths, weaknesses, Opportunities and Threats*) identificaram-se potencialidades e fragilidades para este produto. Entre as potencialidades incluem-se, o facto de ser uma carne de grande prestígio e qualidade DOP; a diminuição da importância económica de outras fileiras na região de produção da raça Mirandesa factor que tem contribuído para a libertação de terras que podem ser aproveitadas na produção de forragens permitindo o aumento do número de cabeças por exploração; o aumento da qualificação profissional e a capacidade de inovação de quem promove e se dedica a esta actividade. Foram diagnosticadas como fragilidades, a dificuldade em valorizar a carcaça, que não é classificada como peça de primeira categoria; a rigidez do preço da carne; a ineficácia na implementação de acções de melhoramento animal; a elevada faixa etária dos criadores da raça bovina Mirandesa e a estrutura fundiária bem como o preço das terras, que condicionam o desenvolvimento da actividade. Finalmente, foram detectadas como principais ameaças à manutenção e desenvolvimento desta actividade, a ausência de um controlo efectivo e rigoroso de todas as fases da cadeia de valor; alguma fraude e a perda de competitividade que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Palavras-chave: Produtos DOP, Raça Mirandesa, Análise SWOT.

A Multifuncionalidade do Território na Gestão do Risco de Incêndio Florestal

Guiomar, N.¹, Fernandes, J. P.², Moreira, M. B.³

¹ Direcção-Geral dos Recursos Florestais

² Universidade de Évora

³ Instituto Superior de Agronomia

Em Portugal, a floresta exerce funções ao nível da ocupação do território e de equilíbrio ambiental, sendo igualmente impulsor de interesses e conflitos, criando problemas de gestão florestal devido ao carácter diverso e por vezes contraditório das funções em presença. Um aspecto de especial relevância, no sentido de tornar o sector florestal mais competitivo e impulsor de investimento, prende-se com a diminuição dos riscos associados à actividade florestal, em particular os que estão relacionados com o Risco de Incêndio.

A diminuição dos fogos florestais passa inevitavelmente pela prevenção que abrange objectivos de curto, médio ou longo prazo. A médio e longo prazo centram-se objectivos vocacionados para o planeamento e ordenamento florestal. A curto prazo a prevenção passa gestão de combustíveis florestais, através de fogo controlado, por remoção mecânica, ou ainda através da pastorícia.

A definição de um mosaico paisagístico, em que as áreas florestais sejam interrompidas por áreas suficientemente grandes de terra limpa que constituam barreira efectiva para essa propagação é a solução ideal para controlar a propagação dos incêndios. Para que estas zonas de descontinuidade não acumulem demasiado material combustível implica a existência de cultivos nessas áreas ou então que sejam pastoreadas. A manutenção de um mosaico de parcelas de gestão de combustível e de diversificação da estrutura e composição das formações florestais, contribuem decisivamente para a diminuição das principais condições de degradação dos espaços florestais.

O estudo da multifuncionalidade do território na óptica da defesa da floresta contra incêndios tem como objectivo fundamental clarificar a forma como as suas diversas funções podem ser integradas no quadro de uma estratégia de promoção sustentável do sector florestal, através da definição de estratégias espaciais que permitam a condução para sistemas com maior potencial ao nível económico, com maior valor natural, incorporando funções e estruturas dos ecossistemas naturais.

Que multifuncionalidade na paisagem rural? Sinergias e conflitos entre a agricultura e funções não produtivas. Aplicação ao concelho de Castelo de Vide

Pinto-Correia T., Barroso F., Menezes H., Santos T. e Taveira R.

Grupo Paisagens e Ecossistemas Mediterrânicos, ICAM / Universidade de Évora

A multifuncionalidade surgiu como conceito associado sobretudo à agricultura (OCDE 2001), mas a definição de multifuncionalidade como um atributo da paisagem rural é bastante mais abrangente, e pode ser explorada por muito mais actores (Potter 2005). Baseia-se na reinterpretação do papel da agricultura para o desenvolvimento rural, e a mudança no papel dos chefes de exploração, integrados cada vez mais num grupo vasto de gestores da paisagem, num espaço rural que cada vez é mais espaço de consumo e menos espaço de produção.

A paisagem rural depende directamente das transformações operadas pelo Homem através dos sistemas de uso do solo, agrícolas ou florestais ou mistos, e, na Europa de hoje, a área ocupada por espaços agrícolas e florestais é ainda a maior parte do território. No entanto, segundo a OCDE, o espaço rural não é já definido pela importância do sector agrícola, que se tem vindo a perder em termos sociais e económicos, mas sim pela baixa densidade populacional. O aumento de outros sectores na economia rural pode mesmo no seu conjunto vir a suportar a agricultura. É neste contexto que se fala hoje de multifuncionalidade da paisagem, porque dela se esperam várias funções pelos vários utilizadores: os proprietários e agricultores, os caçadores e pescadores, os visitantes e turistas, os habitantes, tanto os de longa data como os novos rurais, os que foram habitantes e que se mudaram, mas que se identificam com a paisagem da sua infância, aqueles que desenvolvem actividades económicas com base na paisagem (turismo, recreio, etc.), amantes e defensores da natureza e do ambiente, os técnicos e decisores, e eventualmente muitos outros.

Por funções entendem-se os bens e serviços suportados por uma paisagem e que respondem às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo por isso valorizadas pela sociedade (de Groot 2006). Algumas são comercializáveis (produção agrícola, produção florestal), e correspondem a comodidades. Outras são amenidades, que correspondem a bens e serviços públicos, para os quais não existe mercado ou este não funciona satisfatoriamente (recreio, conservação da natureza, identidade, qualidade de vida, preservação dos recursos ambientais, etc.) (OCDE 2001). A compreensão da forma como as várias funções se potenciam entre si, ou por outro lado, se afectam negativamente, levanta questões complexas cuja resolução é fundamental para a futura gestão da paisagem.

Assim, importa compreender e avaliar como é que as várias funções que utilizam a paisagem rural como um recurso, dependem da gestão que é feita através do sector

agrícola, e podem por seu lado contribuir para a manutenção dos sistemas de uso do solo existentes ou a criação de novos, que garantam a qualidade e carácter da paisagem.

Esta comunicação apresenta os fundamentos e resultados de um projecto, aplicado ao concelho de Castelo de Vide como caso de estudo, sendo que a escolha desta área se prende com as características da área, com uma situação periférica e agricultura extensiva em sistemas agro-silvo pastoris, com tendência para ainda mais extensificação, e simultaneamente uma paisagem já amplamente valorizada e procurada para funções não produtivas. O estudo procura avaliar as preferências em termos de paisagem, por vários grupos de utilizadores, cada um ligado a uma função específica. Sendo a paisagem deste concelho ainda maioritariamente gerida pelo sector agrícola, segundo vários graus de intensidade, procura-se também avaliar qual o papel dos agro-sistemas para que se assegurem e desenvolvam essas funções não produtivas, e qual o tipo e intensidade de uso do solo que mais favorece as outras funções. A identificação de conflitos e sinergias entre as funções produtivas e não produtivas, ou dentro destas entre si, constitui um dos objectivos finais deste projecto.

Referências bibliográficas

de Groot R., 2006. function-analysis and valuation as a tool to access land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes. *Landscape and Urban Planning*, 75:175-186

OECD, 2001. Multifunctionality, Towards an Analytical Framework. Organization for Economic Cooperation and Development, Paris

Potter C, 2005. Multifunctionality as an agricultural and rural policy concept, in Brouwer F.(Ed), *Sustaining Agriculture and the Rural Environment - Governance, Policy and Multifunctionality*: Cheltenham, Edward Elgar, p. 15-35

Tecnologia e Território. Modelo de Interação Espacial de Ocupação do Uso do Solo para Estudar o Impacto Territorial das Tecnologias Agrícolas. “Aplicação à ilha Terceira para o Sec. XX”

Paulo Silveira ⁶, Luísa Calado⁷, Tomaz Dentinho⁸

Neste artigo utiliza-se um modelo integrado para o uso do solo, capaz de explicar a relação entre o Homem e o Ambiente. O modelo explica a interação entre a economia e o território, tentando relacionar os factores ambientais, tecnológicos, económicos e reguladores que condicionam o uso do solo. As variáveis exógenas do modelo são o emprego básico das diversas actividades para as várias zonas do território. Os dados do modelo são as acessibilidades entre zonas, as aptidões do território para as diferentes actividades e as produtividades do trabalho e da terra para as diferentes actividades.

Neste artigo expande-se a utilização deste modelo às alterações das produtividades do trabalho e da terra que se verificaram ao longo do século XX e tenta-se perceber qual o impacto que essas alterações tiveram na economia e na ocupação do território.

A aplicação do modelo implica: a) a identificação das áreas com capacidade para cada actividade e para cada zona, com base no clima, topografia e solos; b) o cálculo das distâncias entre zonas; c) a determinação da produtividade do território ao longo das décadas face ao evoluir da tecnologia para cada actividade (residencial, urbano, turismo, horticultura/ fruticultura, pecuária, silvicultura) d) a calibração dos parâmetros das rendas de cada zona e do atrito espacial para cada tipo de actividade.

De acordo com os resultados analisa-se e tenta-se perceber a evolução do uso do solo na ilha da Terceira ao longo do século XX tendo em atenção as alterações do empregos básicos, a modificação dos parâmetros de atrito, a alteração dos coeficientes técnicos e as variações na superfície do território para as diferentes actividades.

Palavras-Chave: Modelo de Interação Espacial, Uso do Solo, SIG.

⁶ Engenheiro de Ambiente, Gabinete de Gestão e Conservação da Natureza.
paulosilveira@mail.angra.uac.pt

⁷ Engenheira Zootécnica: Gabinete de Gestão e Conservação da Natureza. luisacalado@gmail.com

⁸ Economista, professor auxiliar, Gabinete de Gestão e Conservação da Natureza.
tomaz.dentinho@mail.angra.uac.pt

Que Multifuncionalidade? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem.

Rosário Oliveira*, Alexandre Cancela d' Abreu** e José Carlos Santos***
 Universidade de Évora
 Email: mrgo@uevora.pt

A multifuncionalidade da agricultura surge como o novo paradigma dentro da política agrícola. Para além da função de produção, torna-se agora necessário integrar outras funções como as de regulação ambiental, de habitat, de informação e de suporte de estruturas. Neste contexto admite-se que faça sentido não considerar apenas a multifuncionalidade da agricultura, mas também de outras actividades ou de outros recursos e valores existentes num dado contexto, a que consideramos ser a *paisagem*.

Tem sido vasta a literatura produzida recentemente neste âmbito. Contudo, são ainda escassos os exemplos em que os conceitos tenham sido aplicados a uma realidade concreta, a partir da qual possa ser feita uma reflexão sobre as virtudes e limitações da multifuncionalidade da paisagem como orientação para o seu ordenamento e gestão.

No âmbito do estudo da paisagem do concelho de Óbidos, a multifuncionalidade constituiu um dos parâmetros de análise com vista à identificação e caracterização de unidades de paisagem. Partindo de 5 funções principais, subdivididas em 16 funções secundárias, a multifuncionalidade da paisagem foi analisada ao nível da situação actual e da situação potencial deste concelho.

Tal análise, para além de ter possibilitado comparar, em termos relativos, as múltiplas funções desempenhadas em cada unidade de paisagem, revelou-se também muito útil na identificação de um conjunto de orientações para a gestão, através das quais a paisagem actual do concelho de Óbidos possa ser progressivamente convertida numa outra, em que a multifuncionalidade seja mais significativa no sentido de um melhor desempenho ambiental, social, económico e cultural.

Para além de uma síntese dos conceitos que foram considerados nesta abordagem, são os seus principais resultados que se pretendem apresentar nesta comunicação.

* Doutoranda da Universidade de Évora.

** Professor Associado do Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora.

*** Colaborador no projecto "Estudo da Paisagem de Óbidos" na Universidade de Évora

"Paisagem Rural Açoriana: impacto dos muros de pedra solta"

Rui Fernandes⁹, Luís Souto¹⁰ e Emília Silva¹¹

Com o presente trabalho pretendeu-se levar a cabo um inquérito através do qual fosse possível ter a percepção real de quais as razões que levam os agricultores da ilha Terceira à retirada dos muros de pedra solta (pedra que não é agregada por meio de betão) divisórios das parcelas designadas localmente por cerrados, ou curraletas para o caso das de menor dimensão. Os muros são feitos de pedras de basalto vulcânico existentes no local. Os muros não servem apenas como delimitação de propriedade. Verificando-se a existência de cerrados no mesmo artigo de terreno, sendo todos pertença do mesmo proprietário.

Para realização do trabalho foram tidos em conta factores de ordem fundiária, tais como, tamanho dos cerrados, dimensão total da exploração agrícola e distribuição das parcelas da exploração em altitude.

Crítérios operacionais e técnicos tais como manejo alimentar do efectivo animal, metas de produtividade e mecanização.

E critérios de ordem ambiental e de bem-estar animal, factores de combate à erosão, manutenção ou manipulação das características pedológicas, protecção das culturas e dos animais.

Foram utilizados critérios de distribuição em classes de acordo com as evidências de vária ordem apresentadas pelas respostas ao inquérito.

⁹ Engenheiro Zootécnico, Associação de Jovens Agricultores da Ilha Terceira
ruiperdigaofernandes@gmail.com

¹⁰ Engenheiro Zootécnico, Assistente, Departamento de Ciências Agrárias
luís.souto@notes.angra.uac.pt

¹¹ Engenheira Zootécnica, Professora auxiliar, Departamento de Ciência Agrárias
emiliana@mail.angra.uac.pt

ECOSERVIÇOS - Os Serviços dos Ecossistemas no Sítio de Monfurado

Rico, N.; Ferro, T.; Machado, C. & Janeiro, S.1
 1 CEAI – Centro de Estudos da Avifauna Ibérica
 Rua do Raimundo 119, apt 535
 7002-506 Évora
 Tlm 96 13 66 794
 sofiajaneiro@gmail.com

O projecto Ecoserviços é um projecto financiado pelo Programa Comunitário LEADER +, aplicado ao Sítio de Monfurado (Rede Natura 2000), em particular, à freguesia de São Sebastião da Giesteira, concelho de Évora. O projecto está a ser implementado pelo CEAI (Centro de Estudos de Avifauna Ibérica) em parceria com o departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, da Universidade de Évora.

O Ecoserviços pretende compreender as percepções dos diferentes utilizadores e decisores sobre a paisagem, bem como as aspirações de desenvolvimento para o futuro das comunidades locais naquela zona. Espera-se que o projecto contribua para uma mudança na condução dos processos de decisão, por forma a que as percepções sociais venham a ser tidas em conta, resultando em estratégias de desenvolvimento sustentável mais efectivas. Por outro lado, pretende-se que o Ecoserviços desenvolva o capital social e humano das populações, promovendo o *empowerment* das mesmas, a participação, a responsabilização, o reforço das redes de comunicação internas e o estabelecimento de redes de comunicação externas.

O projecto assenta fundamentalmente num processo participativo contínuo, sendo que as acções a desenvolver serão definidas em conjunto com um grupo de actores locais. Algumas acções previstas são a promoção de foruns participativos, entrevistas semi-estruturadas, workshops técnicos sobre temáticas identificadas pela população, entre outras.

A primeira actividade consistiu na aplicação de um inquérito, o qual foi respondido através de fotografias tiradas por actores chave da comunidade, com recurso a máquinas descartáveis distribuídas pelo projecto. Esta acção permitiu conhecer a paisagem através do olhar de quem a vive.

Estão também a ser aplicados inquéritos a grupos alvo definidos: caçadores, agricultores, ecoturistas e novos rurais; cujo o objectivo é compreender a importância da agricultura na manutenção das diversas funções da paisagem, numa fase pós-produtiva.

Tipificação da instalação de jovens agricultores em Portugal Continental

José Luís Coelho-Silva
 Maria Madalena Barreira¹²
 Maria Inês Abrunhosa Mansinho¹

Portugal aplica desde 1986 uma política de apoio à instalação de jovens na agricultura, constituindo um desígnio que é, também para a União Europeia, o de renovar o tecido empresarial agrícola.

A política de apoios aos jovens agricultores, alvo de alguma controvérsia, tem-se alterado ao longo do tempo algumas vezes, com base frequentemente, em avaliações empíricas e parcelares das políticas instituídas.

Com o objectivo de contribuir para a sistematização da informação existente sobre a instalação de jovens agricultores, por forma a dar uma ideia da sedimentação que as políticas tiveram ao longo do território em Portugal Continental, foram construídos indicadores da distribuição espacial das instalações e dos respectivos investimentos realizados por jovens agricultores, o que permite, por um lado olhar para os jovens instalados a partir do território e, por outro lado, avaliar a outra face da questão que é a de tipificar o território a partir dos projectos de instalação.

Os resultados mostram que a instalação de jovens agricultores tem ocorrido sobretudo nos territórios (e, dentro destes, nos sistemas de produção) comparativamente mais rendíveis, situados no litoral ou nas regiões onde existe agricultura mais competitiva. Nas regiões marginais para a produção agrícola, de população envelhecida e com abandono, os efeitos da política de apoio à instalação são muito mais limitados.

¹² Instituto Superior de Agronomia / Departamento de Economia e Sociologia Rural – Tapada da Ajuda, Lisboa.

Multifuncionalidade na paisagem rural? Sinergias e conflitos entre a agricultura e funções não produtivas – Preferências expressas pelos caçadores face às diferentes ocupações do solo.

Santos T., Pinto-Correia T
Grupo Paisagens e Ecossistemas Mediterrânicos, ICAM / Universidade de Évora

A fauna cinegética é uma componente essencial na valorização dos sistemas agro-florestais, alvo de interesse venatório e exploração económica, podendo estar associada à agricultura, pecuária e diferentes intensidades de exploração do montado. (Santos., P. 2006). Para além disso, a procura para outras funções não produtivas no montado tem vindo a aumentar, devendo os novos paradigmas de gestão deste tipo de sistema conciliar tanto esta procura como a gestão para fins produtivos.

Pretende-se assim, neste estudo e para o concelho de Castelo de Vide, avaliar a preferência dos caçadores em relação a vários padrões de paisagem, para a prática da caça, segundo as diferentes intensidades de uso e formas de gestão de Montado, que condicionam o coberto vegetal e assim a forma de organização da paisagem.

Foram realizados inquéritos junto de uma amostra dos caçadores para identificar as preferências em relação às características da paisagem, com base em fotografias. O concelho foi dividido em unidades de paisagem e tanto se perguntou sobre o tipo de paisagem mais interessante, dentro das 4 unidades, como sobre o tipo de padrão, dentro de cada unidade, e segundo as intensidades de uso, com mais interesse para a prática da caça.

Seleccionaram-se fotografias de um conjunto obtido em 9 pontos (resultantes de uma grelha de 125m) dentro de cada um dos 14 segmentos definidos como representativos da área de estudo, numa amostra estratificada cobrindo 1,25% de cada unidade de paisagem (Ramos *et. al.*, 2007), que após uma selecção aleatória resultaram em 34 fotografias distribuídas por 4 painéis. As unidades de paisagem tinham sido definidas anteriormente, com base numa combinação de vários tipos de cartografia, trabalho de campo e inquéritos a agentes locais.

As preferências expressas nos Inquéritos realizados aos caçadores, revelam a propensão consoante a distribuição dos diferentes tipos de caça e dentro destes para cada espécie venatória.

Em relação a outras funções neste tipo de paisagem, no concelho de Castelo de Vide, não parece haver conflito com a produção pecuária extensiva, que predomina, sobretudo em grande propriedade. No entanto, já no que respeita a funções não produtivas como o eco-turismo e a segunda residência, os interesses dos caçadores parecem ser conflituosos com os dos outros grupos.

Referências bibliográficas

Ramos, I. L., Teixeira, T. (2007). Aspectos de um sistema de monitorização da paisagem: aplicação ao Concelho de Castelo de Vide. *Agronomia Lusitana*, 51-4. Estação Agronómica Nacional, Oeiras.

SANTOS, PEDRO., 2006. *Produções Cinegéticas Como Produções Zootécnicas Alternativas*. Secção V – Produções Alternativas.

Trabalho na floresta. Fazer, dar a fazer ou não fazer

Ana Maria Novais – ISA-UTL
ananovais@isa.utl.pt

Maria João Canadas – ISA-UTL
mjcanadas@isa.utl.pt

Teve-se por objectivo a identificação e caracterização dos modelos de trabalho na floresta privada portuguesa, com recurso ao método de análise de *clusters*. Foram identificados seis modelos de trabalho que se diferenciam principalmente por combinações quanto ao modo como os proprietários executam as operações de limpeza de mato e realização da produção, designadamente, internalizando ou externalizando, ou não as executam. Concluiu-se que a diversidade dos modelos de trabalho não é redutível às partições frequentemente utilizadas na análise da floresta.

Palavras-chave: trabalho, externalização, subcontratação, proprietários florestais.